

-----**ACTA N.º 17/2007**-----

-----Aos vinte e dois dias do mês de Agosto de dois mil e sete, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia. -----

-----Faltaram a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Gomes Monteiro, por motivos de ordem profissional, que a Câmara deliberou aceitar, considerando a falta devidamente justificada e o Senhor Vereador António Graça Silva, em virtude de estar a gozar um período de férias. -----

-----A reunião foi secretariada por Dina Maria da Silva, Assistente Administrativa Especialista. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento do III Festival Nacional de Parapente realizado em Linhares da Beira, tendo este ano coincidido com a festa da Freguesia. Deu também conhecimento da

realização de uma Sessão Astronómica a realizar no dia vinte e sete de Agosto do corrente ano, no Jardim Parque Carlos Amaral. -----

-----Relativamente à Caça Municipal, o Senhor **Vereador Hélder Bruno** começou por referir que a Câmara fixou a data de vinte e seis de Agosto de dois mil e sete, como data de abertura para a caça à rola, mas a mesma deveria ter sido aberta dia quinze de Agosto, impedindo assim os caçadores de poderem caçar alguns dias mais.-----

-----De seguida, questionou qual o motivo que originou esta situação, se má gestão por parte do Executivo (segundo comentários de munícipes), ou se existiram atrasos provocados pelo Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Centro e Alto Alentejo, questionando ainda, se nos outros Concelhos não existiram atrasos. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que está a ser elaborado um dossier, com todos os ofícios enviados pela Câmara Municipal ao Parque Natural da Serra da Estrela e que o atraso da abertura da caça se deve unicamente, a um parecer do PNSE que não chegou a tempo.-----

-----Relativamente a este assunto, a Técnica Responsável pelo Gabinete Técnico Florestal, esclareceu que no dia 05/07/2007, foi enviada proposta do Plano Anual de Exploração (PAE), em simultâneo para a DGRF (serviços locais da Guarda) e ICN (Delegação do Parque Natural Serra da Estrela em Manteigas), dentro dos prazos estipulados. -----

-----Referiu que a aprovação do PAE carece de parecer do ICN, que tem quinze dias para o emitir. O parecer positivo do ICN foi recepcionado no dia 01/08, muito além dos prazos legais estabelecidos.-----

-----Foi efectuada uma consulta dos PAE das Zonas de Caça Municipal que possuem terrenos situados no Parque Natural Serra da Estrela e foi constatado que grande parte deles iniciou a caça à rola no dia 15/08.-----

-----Mais informou que a ZCM funciona há quatro anos e é a primeira vez que se verifica um atraso destes, sendo que, no ano transacto a proposta foi apresentada no dia 14/07 e no dia 24/07 o PAE encontrava-se aprovado, com parecer positivo do ICN.-----

-----O atraso na emissão do parecer, inviabilizou a abertura da caça à Rola no dia 15/08, tal como estava proposto. Por forma a respeitar os prazos legais que devem mediar entre as datas de inscrição, sorteio e primeiro dia de caça só foi possível iniciar no dia 26/08.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos o seguinte ponto:-----

-----**PREÇOS UNITÁRIOS PARA O MATERIAL UTILIZADO NAS LIGAÇÕES DE ÁGUAS E SANEAMENTO.**-----

-----**I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE UM DE AGOSTO DE DOIS MIL E SETE**-----

-----Foi presente a acta número dezasseis, da reunião ordinária do Executivo de um de Agosto de dois mil e sete, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.--

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada com duas abstenções.**-----

-----**Abstiveram-se os Senhores Vereadores José Luís Saúde Cabral e Rui Jorge Pinto Correia, por não terem estado presentes na referida reunião.**-----

-----**II - DIVISÃO DE AMBIENTE E OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA MORADIA UNIFAMILIAR E ARRUMOS AGRÍCOLAS - APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA**-----

-----**Requerente: Júlio da Silva Santos**-----

-----Foi presente o requerimento n.º 763, datado de vinte e sete de Julho de dois mil e seis, em nome de Júlio da Silva Santos, pretendendo o requerente a aprovação do projecto de arquitectura, referente à construção de uma moradia unifamiliar e arrumos agrícolas, sita na Aldeia da Serra, freguesia de São Pedro, concelho de Celorico da Beira.-----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente PDM, Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), D.L. 555/99 de 16/12, alterado pelo D.L. 177/01 de 04/06 e o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa-se que na sequência do último parecer técnico, que continha um parecer técnico no sentido do indeferimento, pelo facto de o requerente pretender a construção de uma edificação que se iria encontrar abrangida por dois artigos matriciais não contíguos, foi solicitado pelo Senhor Presidente, que se solicitasse “... parecer ao gabinete jurídico da CCDRC quanto à anexação dos artigos e sobre a viabilidade do pedido”, por despacho de 22/05/2007. O mesmo foi requerido tendo a mesma emitido parecer desfavorável, referindo que:-----

-----“... Não pode, por esse motivo, esse indicador urbanístico incidir sobre a área resultante da soma das áreas de dois terrenos sem ligação física entre si. Tal seria desvirtuar o conceito, afastando-o dos propósitos do legislador ao definir índice de construção.” -----

-----Sobre este assunto o Senhor **Vereador Rui Correia** é de opinião que parece existir má vontade na aprovação deste projecto de arquitectura. Disse que há já algum tempo atrás, foi apresentado um projecto com parecer favorável, com entrada a partir da Variante e do seu ponto de vista também não era o mais correcto.-----

-----Referiu, que o Executivo da Câmara tem toda a legitimidade e competência para aprovar os projectos, e assim sendo, o porquê deste vir a reunião de Câmara. -----

-----Ainda sobre o assunto, disse que teve acesso ao processo e tem conhecimento da existência de um parecer favorável por parte do PNSE, não entendendo o parecer desfavorável que está descrito na informação da Técnica Responsável, pelo que, gostaria de ser elucidado quanto ao mesmo. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** sugeriu que este assunto seja retirado da ordem de trabalhos, devendo ser presente à próxima reunião acompanhado da respectiva escritura e que a Secção de Obras Particulares reuna informação, para uma análise mais pormenorizada. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos, por falta de sustentação documental.** -----

-----**ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE LAZER COM PISCINA - ISENÇÃO DE TAXAS** -----

-----**Requerente: Associação Juvenil de Maçal do Chão**-----

-----Foi presente o requerimento n.º 307, datado de nove de Abril de dois mil e sete, em nome da Associação Juvenil de Maçal do Chão, pretendendo a requerente a isenção do pagamento de taxas para o Projecto de Arquitectura, sita na Rua da Boiça, freguesia de Maçal do Chão, Concelho de Celorico da Beira. -----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente o D.L. 555/99 de 16/12 alterado pelo D.L. 177/01 de 04/06, PDM, Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa-se que o mesmo se encontra enquadrado com o descrito na alínea a) do ponto 4 do art. 14.º do

Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo descreve que: -----

-----“As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a persecução dos respectivos fins estatutários”.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de taxas para o Projecto de Arquitectura, a Associação Juvenil de Maçal do Chão.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA MORADIA UNIFAMILIAR - APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA** -----

-----**Requerente: Manuel Miguel** -----

-----Foi presente o requerimento n.º 583, datado de vinte e cinco de Junho de dois mil e sete, em nome de Manuel Miguel, pretendendo o requerente a aprovação do projecto de arquitectura, referente à reconstrução e ampliação de uma moradia unifamiliar, sita no lugar e freguesia de Rapa, concelho de Celorico da Beira.-----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente PDM, Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), D.L. 555/99 de 16/12, alterado pelo D.L. 177/01 de 04/06 e o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa-se que este processo já foi submetido a duas apreciações, tendo-lhe sido emitido parecer favorável por despacho do Presidente em exercício à data de 31/05/2004 no que concerne à apreciação do projecto de arquitectura e, em reunião do executivo em 22/02/2006 o projecto de arquitectura e o projecto de especialidades por despacho do Senhor Presidente em 31/03/2006. -----

-----Actualmente devido ao facto de o projecto ter caducado novamente, é necessário proceder a um novo licenciamento.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente devendo o mesmo ficar novamente condicionado aquando ao levantamento da licença de construção à apresentação do título da Conservatória do Registo Predial com a rectificação à área, isto porque o registo apresenta uma área de 37.80 m<sup>2</sup> e o projecto uma área de 107.30 m<sup>2</sup>, salientado-se que o título apresentado não faz referência à existência de qualquer logradouro.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

### -----**III - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM NOME DE PAULO DOS SANTOS CUNHA**-----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, datada de um de Agosto de dois mil e sete, com o seguinte teor:-----

-----“A área de terreno objecto da pretensão, indicada no Pedido de Informação Prévia localiza-se no âmbito do Plano de Urbanização de Celorico da Beira em zonas classificadas como:-----

----- - “solos cuja urbanização seja possível programar”;-----

----- - “zonas verdes de protecção e enquadramento paisagístico”.-----

-----Os solos cuja urbanização seja possível programar são áreas inseridas no limite do perímetro urbano, assim denominadas por poderem vir a adquirir as características de solos urbanizados, com a elaboração e aprovação de Planos de Pormenor.-----

-----**Assim, não é possível aprovar uma operação de loteamento neste local, por violar o art.º 12º do Plano de Urbanização de Celorico da Beira, e o art.º 41º do DL 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção.**-----

-----As zonas verdes de protecção e enquadramento paisagístico são zonas caracterizadas pela elevada expressão de coberto vegetal ou com valor patrimonial na composição paisagística, onde também não seria possível aprovar qualquer operação urbanística.” -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente, uma vez que a operação de loteamento neste local, viola o art.º 12º do Plano de Urbanização de Celorico da Beira, e o art.º 41º do DL 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção.** -----

-----**ASSUNTO: LOTEAMENTO CELURBA - DENOMINAÇÃO DO LOTE RESULTANTE DA JUNCTÃO DOS LOTES 25 E 26**-----

-----**Requerente: Jorge Caseiro** -----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do número três do artigo sessenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua actual redacção, o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara, relativo à denominação do lote resultante da junção dos lotes 25 e 26, o qual passará a ser designado por lote n.º 25. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, com data de sete de Agosto de dois mil e sete.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**IV – INATEL** -----

-----**ASSUNTO: PATROCÍNIO DO BOLETIM CULTURAL DO INATEL N.º 17** -----

-----Foi presente ofício número 00964, datado de sete de Agosto do corrente ano, proveniente do INATEL, referindo que irão publicar no próximo mês de Novembro o n.º 17 do seu Boletim Cultural, que pretende



ser um elo de ligação importante entre as associações culturais, desportivas e recreativas do distrito da Guarda e simultaneamente um instrumento de reflexão para o futuro das associações. -----

-----Vêm também convidar a Câmara Municipal de Celorico da Beira a patrocinar esta publicação com a quantia de 375€ (que constitui aproximadamente uma quarta parte das despesas totais), aparecendo o logotipo da autarquia ou outra publicidade da Instituição na contracapa. Por outro lado, o INATEL atribuiria 150 exemplares do Boletim à instituição e ofereceria também um exemplar a todos os professores e funcionários das escolas do concelho. A apresentação do Boletim seria feita também em Celorico da Beira num jantar a organizar por esta Delegação em meados de Novembro nessa Vila. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que este pedido é bem fundamentado e que esta iniciativa deve ser apoiada.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** referiu que esta é uma iniciativa importante, de índole cultural e sugeriu que poderiam ser dados os contactos das Associações do Concelho, tais como os ranchos folclóricos, para divulgação. E que os artigos a serem publicados deveriam incidir sobre aspectos unicamente culturais. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 375€ (trezentos e setenta e cinco euros), ao INATEL.**-----

-----**V - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL** -----

-----**ASSUNTO: APOIO A ACTIVIDADES - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DE CADAFAZ**-----

-----No âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo, a Associação de Solidariedade de Cadafaz, candidatou-se na área de Actividades. O pedido

formulado está orçamentado em 3450,00€ (três mil, quatrocentos e cinquenta euros).-----

-----Nessa sequência, foi solicitado à Câmara Municipal apoio financeiro no valor de 1750,00€ (mil setecentos e cinquenta euros).-----

-----Sobre o assunto, foi presente parecer do Gabinete de Acção Social, informando que, de acordo com os critérios definidos no Regulamento do PAA, propõem a atribuição de um apoio financeiro no valor de 1000,00€ (mil euros). -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** pretendeu saber quanto tempo medeia entre a aprovação de um subsídio e a sua atribuição. Disse ainda, que deveriam ser estabelecidos prazos de pagamento para este tipo de iniciativas.-----

-----**No âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio à Associação de Solidariedade de Cadafaz, no valor de 1000,00€ (mil euros), para actividades.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: PASSE ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de oito de Agosto do corrente ano, referindo que no decorrer da análise dos processos relativos à Acção Social Escolar, verificou-se que no respectivo regulamento não se encontram previstas as seguintes situações: -----

-----Crianças que não se encontram a frequentar a escolaridade obrigatória ou que já atingiram o limite de idade para a frequência do ensino obrigatório.-----

-----Após a análise dos processos de Passes Escolares dos alunos Tiago José Lopes de Sousa, Cristina Saraiva Faustino, Andrea Filipa Cardoso Moraes, Bruno Alexandre Pires Gomes, António Luís Fernandes Coelho,

Sónia Isabel Marques Alves, Ana Teresa Pereira da Silva, Diana Marisa Pereira da Silva, José Luís Pinto Ramos e Fábio Miguel Carpio dos Santos, o Gabinete de Acção Social verificou o enquadramento no respectivo escalão. Tendo por referência os escalões definidos no Regulamento de Acção Social Escolar, em vigor, ao escalão A (capitação até 181,23€) corresponde a isenção e ao B (capitação de 181,24€ até ao Salário Mínimo Nacional) pagamento de 50% do valor.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar de pagamento de Passe Escolar os alunos Tiago José Lopes de Sousa, Andrea Filipa Cardoso Moraes, Bruno Alexandre Pires Gomes, António Luís Fernandes Coelho, Ana Teresa Pereira da Silva, José Luís Pinto Ramos e Fábio Miguel Carpio dos Santos, do escalão A e o pagamento de 50% do valor os alunos Cristina Saraiva Faustino e Sónia Isabel Marques Alves, do escalão B.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÉBITO/ATL JARDIM**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Apoio Social, datada de treze de Agosto de dois mil e sete, referindo que a Encarregada de Educação, de Beatriz Sousa, após contacto telefónico, esteve no Gabinete de Acção Social no dia oito de Agosto de dois mil e sete, referindo que não pode efectuar o pagamento do débito, do ano lectivo 2006/2007, no valor de 75.00€.-----

-----O agregado familiar vive com bastantes dificuldades e o rendimento deste agregado não é suficiente para satisfazer as necessidades básicas, sendo a capitação mensal no valor de 61,30€. -----

-----**Atendendo ao facto de o rendimento do agregado familiar não ser suficiente para satisfazer as suas necessidades básicas, a Câmara**

**deliberou, por unanimidade, isentar de pagamento do ATL Jardim, a Encarregada de Educação, de Beatriz Sousa, no valor de 75,00€.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**PREÇOS UNITÁRIOS PARA O MATERIAL UTILIZADO NAS LIGAÇÕES DE ÁGUAS E SANEAMENTO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Águas e Saneamento, datada de vinte e um de Agosto de dois mil e sete, com o seguinte teor: -----

-----“Somos a informar V. Ex.a. que foi requerido ao Aprovisionamento os preços cobrados em 2007 à Câmara Municipal de Celorico da Beira na aquisição do material utilizado nas ligações de água e saneamento, sendo que se anexa listagem dos mesmos **(anexo I)**.-----

-----Somos a propor que sejam estes os valores a utilizar em 2007, aquando da elaboração do orçamento a enviar aos munícipes para as ligações anteriormente mencionadas.”-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os valores para o material utilizado nas ligações de águas e saneamento a utilizar em 2007.**-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezasseis horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Dina Maria da Silva, que a secretariei.-----